O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 19 | Nº 56 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.13958083

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS E CIRCULARES: BARREIRAS E IMPULSIONADORES

Marcone Ambrósio Trindade[1]

Alair Ferreira de Freitas[2]

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar e analisar as iniciativas, barreiras e impulsionadores de compras públicas sustentáveis (CPS) e compras públicas circulares (CPC), por meio de uma revisão da literatura, com abrangência internacional de 7 anos (2016 a 2022). Como metodologia para estruturação desta revisão bibliométrica da literatura sem metanálise, nos baseamos no protocolo PRISMA 2020 e utilizamos a Web of Science como fonte de dados. As palavras-chave definidas para busca foram: public procurement; circular; sustainable. Como resultado, ao final, identificamos 23 artigos que foram incluídos na revisão da literatura, por atenderem aos critérios de inclusão assumidos. As barreiras encontradas foram codificadas em 07 categorias: direção/organização; Cultura/Resistência às mudanças; falta de competências/capacitação; questões financeiras/custos; regulação; social; mercado. Já os impulsionadores foram codificados como: a) Fatores externos: pressão da regulamentação; pressão cliente/consumidor; mercado: pressão social; política; b) Fatores internos: direção/organização; cultura; competências/capacitação; questões financeiras/custos. Nossa análise destaca que tanto nos estudos voltados para iniciativas em países desenvolvidos, quanto para aqueles em desenvolvimento, os fatores que mais aparecem identificados como barreiras estão fortemente concentrados nas questões internas relacionadas a "direção e organização", que são também os mesmos fatores apontados na identificação dos impulsionadores-chave das CPS e CPC. No entanto, os resultados também trazem evidências de que, diferentemente dos países desenvolvidos, as barreiras classificadas como "cultura/resistência à mudança, bem como barreiras inerentes às "questões financeiras/custos ainda são um grande obstáculo para os países em desenvolvimento. Contudo, concluímos que o principal desafio dos agentes públicos para a adoção das CPS e CPC está relacionado com o fortalecimento do compromisso de seus líderes com esse propósito e com o desenvolvimento da capacidade organizacional de seus gestores, independentemente do nível de desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Compras Públicas Circulares; Compras Públicas Sustentáveis; Economia Circular; Gestão Pública Sustentável; Transição Circular.

Abstract

The purpose of this article is to identify and analyze initiatives, barriers and drivers of sustainable public procurement (SPP) and circular public procurement (CPP), through a literature review, with international coverage of the 7 years (2016 at 2022). As a methodology for structuring this bibliometric literature review without meta-analysis we have been based on the Prisma 2020 protocol and use the Web of Science as a data source. Keywords defined for search were: public procurement; circular; sustainable. As a result, in the end, we identified 23 articles that were included in the literature review, as they meet the inclusion criteria assumed. The barriers found were coded in 07 categories: direction/organization; culture/resistance to change; lack of competences/training; financial questions/costs; regulation; social; market. The drivers were codified as: a) external factors: pressure from regulation; customer/consumer pressure; market: social pressure; policy; b) internal factors: direction/organization; culture; competences/training; financial questions/costs. Our analysis points out that both in studies focused on developed countries and those under development, the factors that appear most identified as barriers are strongly concentrated on internal issues related to "direction and organization", which are also the same factors pointed out in identification of SPP and CPP key drivers. However, the results also bring evidence that, unlike developed countries, barriers classified as "culture/resistance to change, as well as barriers inherent in "financial issues/costs are still a major obstacle to developing countries. However, we conclude that the main challenge of public agents to adopt SPP and CPP is related to the strengthening of their leaders' commitment to this purpose and the development of the organizational capacity of their managers, regardless of the country's level of development.

Keywords: Circular Economy; Circular Public Procurement; Circular Transition; Sustainable Public Management; Sustainable Public Procurement.

[1] Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: marcone.trindade@ufv.br

[2] Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutor em Administração. E-mail: alair.freitas@ufv.br

INTRODUÇÃO

O processo de Compras Públicas Sustentáveis (CPS) vem despertando a atenção dos estudiosos em virtude de seu potencial de transformação em relação a cadeia produtiva e ao fomento à inovação dos respectivos modelos de negócios. Isso pode acontecer, principalmente, pela inclusão de critérios de sustentabilidade em seus editais de compra, que passam a ter como propósito a geração de benefícios sociais, ambientais e econômicos em todas as transações contratuais (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2019).

Já as Compras Públicas Circulares (CPC), por sua vez, se diferenciam indo além do que está previsto em CPS, em especial no que se refere à questão ambiental. Os critérios de circularidade exigem dos fornecedores uma mudança disruptiva orientada para o fechamento sistêmico dos ciclos através da incorporação dos conceitos de regeneração e restauração em toda as etapas da cadeia de valor. Com isso, as CPC podem levar a uma maior efetividade no uso dos materiais e redução/eliminação do lixo. Desse modo, CPC mostra-se como uma das formas mais proativas dos governos (compradores) e organizações (fornecedoras) se engajarem em direção à sustentabilidade, por meio da transição para uma economia circular (WITJES; LOZANO, 2016).

Nesse contexto, para a administração Pública, CPS e CPC representam importantes inovações no seu modelo de atuação, que pode tornar mais sustentável e efetiva sua gestão e seu impacto na sociedade. Apesar da conotação favorável do termo inovação, há na literatura nacional e internacional do setor público amplas evidências empíricas sobre barreiras de resistência a esse processo. Dentre essas barreiras, aquelas associadas à gestão e ao desempenho se destacam pelos efeitos negativos no processo de implementação (AMMON, 2004; CINAR *et al*., 2021).

Contudo, a adoção de políticas e práticas de CPS e CPC varia consideravelmente entre os governos e são poucas as pesquisas que abordam esse tema de modo a abranger países de todos os níveis de desenvolvimento, acabando por concentrar em economias mais desenvolvidas (RAJ *et al.,* 2020). Mesmo com a evolução da temática nos últimos anos, com a incorporação de várias abordagens, especialmente associadas às inovações nas compras públicas ainda não há consenso sobre as principais barreiras, tão pouco a validação dos principais constructos necessários à incorporação em análises conceituais e modelos analíticos sobre o tema (LENDERINK *et al*., 2022). Apesar dos estudos de CPC e CPS estarem crescendo, o conhecimento sobre o tema ainda está em construção (WURSTER, 2021). Ainda faltam estudos de revisão que possam auxiliar nesse desenvolvimento teórico (XU *et al.,* 2022).

Na intenção de atuar nesse gap de pesquisa, o objetivo deste artigo é identificar e analisar as iniciativas, barreiras e impulsionadores dos processos de compras públicas sustentáveis e compras

públicas circulares, por meio de uma revisão da literatura de natureza bibliométrica, mas sem metanálise, com abrangência internacional de 7 anos (2016 a 2022). A partir deste objetivo, o planejamento e os resultados deste trabalho foram organizados tendo como base as diretrizes do protocolo PRISMA 2020, com a pretensão de contribuir para dar respostas as seguintes questões: Quais são os principais fatores que representam barreiras e impulsionadores à implementação das CPS e CPC? Quais as semelhanças e diferenças dessas barreiras e impulsionadores em relação as iniciativas em países desenvolvidos e países em desenvolvimento? Quais os principais desafios para a adoção de CPS e CPC?

Além desta breve introdução, o texto deste artigo está estruturado em seis seções. Na seção 2, apresentaremos o "referencial teórico" de Compras Públicas Sustentáveis e Circulares; na seção 3, os "procedimentos metodológicos" para coleta e análise dos dados; na seção 4, os "resultados e discussão"; na seção 5, faremos as "considerações finais" do presente estudo e, por fim, na sessão 6, serão colocadas as "referências bibliográficas".

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS E CIRCULARES

Para materializar, em nível mundial, o conceito de desenvolvimento sustentável, que destaca o equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social, é relevante que as organizações públicas e privadas, incorporem as práticas de negócios sustentáveis em suas atividades empresariais (RAJ *et al*., 2020). Todos os países membros das Nações Unidas (ONU), em 2015, assumiram compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pactuando compromisso com objetivos e metas. Dentre eles, o Objetivo 12 estabelece que as nações devem assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis e atender a meta 7, de promover a prática de CPS (PNUD, 2015).

Desde então, abordagem de Compras Públicas Sustentáveis (CPS) tem ganhado destaque em diversas partes do mundo, especialmente na União Europeia. Nesse continente, o número de governos que vem estabelecendo e se comprometendo com legislação específica para incentivar a adoção de tais práticas é crescente nos últimos anos (VLUGGEN *et al*., 2019; EUROPEAN COMISSION, 2017).

Globalmente, as compras públicas constituem cerca de 15 a 20% das receitas nacionais; já nos países em desenvolvimento, esse percentual varia entre 20 e 70% (ADJEI-BAMFO; MALOREH-NYAMEKYE, 2019). Isso revela o poder das compras governamentais, bem como seu potencial para indução do desenvolvimento sustentável, seja em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, contribuindo de forma relevante nas questões sociais e ambientais (PREUSS, 2009; GRANDIA; MEEHAN, 2017; GRANDIA; KRUYEN, 2020). O impacto das CPS não se limita apenas

ao âmbito público, uma vez que sua influência é considerada também como importante indutora e conscientizadora do mercado privado em relação à sustentabilidade (BRAMMER; WALKER, 2011; WITJES; LOZANO, 2016).

Muitos termos têm sido usados em referência às compras públicas sustentáveis, porém para os fins da presente pesquisa, estudaremos especificamente a implementação de Compras Públicas Sustentáveis (CPS), considerando seu entendimento a partir dos estudos de Brammer e Walker (2011), que apresentaram o conceito inicialmente definido no Reino Unido, que evidencia a necessidade das CPS integrarem requisitos que incorporem as dimensões econômica, social e ambiental de forma equilibrada:

> [. . .] Compra Pública Sustentável é um processo pelo qual as organizações atendem às suas necessidades de bens, serviços, obras e utilidades de forma a obter uma boa relação custo-benefício para toda a vida, em termos de geração de benefícios não apenas para a organização, mas também para a sociedade e a economia, ao mesmo tempo em que minimizar os danos ao meio ambiente (DEFRA, 2006 *apud* BRAMMER; WALKER, 2011, p. 3).

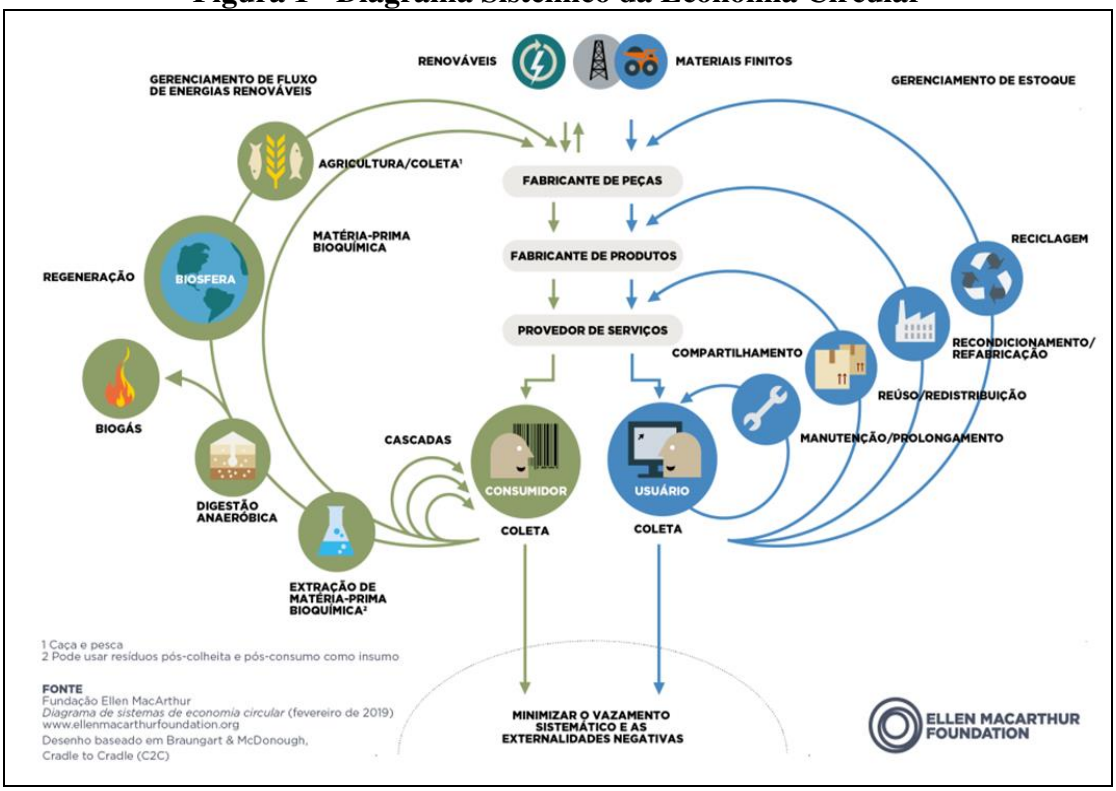
Entretanto, para que se avance com êxito na implantação dos processos de CPS, os políticos, e o compromisso político e organizacional da alta liderança com essa agenda são essenciais (NIJAKI, 2012; INGLAT *et al*., 2024). É indispensável que se tenha diretrizes claras com objetivos e políticas formais, a fim de evitar a fragmentação do processo e o desestímulo dos responsáveis pelas compras (BRAMMER; WALKER, 2011; IGLAT *et al*., 2024)

Já as compras públicas circulares, que apesar do conceito estar relacionado com compras públicas sustentáveis, (ALHOLA *et al*., 2019), não quer dizer que sejam equivalentes; principalmente na dimensão ambiental e econômica, onde as CPC apresentam diferenças significativas, com proposições sistêmicas muito claras, que podem representar exigências de mudanças relevantes para os fornecedores de bens e serviços públicos (GRANDIA; KRUYEN, 2020). Para compreender melhor o que distingue as compras públicas circulares (CPC) é fundamental retornar à sua origem, que está centrada na lógica da economia circular (EC).

A economia circular (EC) está relacionada a uma abordagem econômica alternativa, que propõe mudanças diruptivas e sistêmicas, apoiadas em princípios regenerativos e restaurativos. Dessa forma, almeja-se o desenvolvimento, seja global ou local, de forma equilibrada e sustentável, com propósito de gerar benefícios econômicos, ambientais e sociais (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2013; GHISELLINI *et al.,* 2015). Atualmente, a economia predominante é linear, ancorada em modelos de negócios focados em extrair, produzir, usar e descartar, fazendo com que se aumente a cada dia as ameaças climáticas e o risco da vida no planeta (RAWORTH, 2019; ZHAO, 2020).

A transição da economia linear para a economia circular é reconhecida por governos globais, regionais e locais como movimento essencial para fazer frente aos riscos crescentes provocados pelas mudanças climáticas (EUROPEAN COMMISSION, 2015; GEISSDOERFER *et al*., 2017; NEESSEN *et al*., 2021b). Assim, a economia circular, com base nos princípios de regeneração e restauração, ao contrário do sistema linear vigente, propõe um modelo sistêmico voltado para o fechamento do ciclo de vida dos produtos e materiais. Essa lógica é exemplificada de forma clara no diagrama sistêmico da EC (figura 1), proposto por Ellen MacArthur Foundation (2013), onde apresenta dois tipos de ciclo: técnico e biológico.

Figura 1 - Diagrama Sistêmico da Economia Circular



Fonte: Ellen MacArthur Foundation (2013).

O propósito da economia circular, através dos ciclos técnico e orgânico é manter os produtos e materiais ativos o máximo de tempo possível, onde o foco está na redução/eliminação dos resíduos ao longo de toda a cadeia produtiva. Assim, a circularidade é promovida desde a fase inicial do design, passando pela produção, comercialização, consumo e o descarte. Sendo que ao final, a exemplo do ciclo técnico, o produto/resíduo deve significar um novo recomeço a partir do seu compartilhamento, reutilização, reciclagem (restauração) ou regeneração (produtos biológicos) para um novo uso, no caso do ciclo biológico (ELLEM MACARTHUR FOUNDATION, 2019; BRAUNGART; MCDONOUGH, 2013; GRANDIA; KRUYEN, 2020).

Nesse contexto, o processo de CPC se apresenta como passo essencial nessa transição sistêmica em direção a uma economia circular, na medida em que pode atuar para estimular a demanda e para articulação da cadeia de fornecimento, em parceria com stakeholders, de forma colaborativa, numa nova perspectiva circular (WITJES; LOZANO, 2016; ALHOLA *et al*., 2019; ELLEM MACARTHUR FOUNDATION, 2019). Nesse sentido, a Comissão Europeia define o conceito de CPC como:

> Processo pelo qual as autoridades públicas compram obras, bens ou serviços que procuram contribuir para o fechamento de circuitos de energia e materiais dentro das cadeias de abastecimento, enquanto buscam minimizar e evitar os impactos ambientais negativos e a criação de resíduos ao longo de todo o seu ciclo de vida (EU COMMISSION, 2017, p. 5).

Nessa direção, a administração pública, ao buscar inovar em seu modelo de atuação, a exemplo da–adoção das Compras Públicas Sustentáveis e/ou Circulares, enfrenta o desafio da gestão da performance, bem como as barreiras para sua implementação (AMMONS, 2004, 2016; BRAMMER; WALKER 2011). Tais barreiras merecem atenção especial, pois frequentemente inibem iniciativas de melhoria da performance. Por isso, conhecer, superar e/ou contornar essas barreiras se torna atividade essencial na gestão de performance do gestor público (HOLZER *et al*., 2015).

A performance, segundo Buntz (1981) é uma função de diversos fatores, a exemplo da tecnologia, habilidade da equipe, motivação, ambiente, atitudes públicas, mudanças nas políticas e características pessoais e que, sendo assim, a melhoria da performance deve abordar esses fatores de forma abrangente. Nesse sentido, Ammons (2004) constrói uma proposta para melhoria da performance de modo geral nas organizações, agrupando as barreiras de performance em três grupos: Barreiras Organizacionais, Ambientais e Pessoais.

A literatura especializada indica diferentes tipos de barreiras. Apesar dos esforços de muitos governos para adotar a CPS, a sua implementação, na prática, enfrenta muitos desafios, a exemplo de limitações orçamentárias, falta de conhecimento e até mesmo motivação, que acabam por dificultar ou impedir seu sucesso, conforme apontado em alguns estudos (BRAMMER; WALKER, 2011; ZHU *et al*., 2013; GRANDIA, 2015; GRANDIA; KRUYEN, 2020); assim como a cultura organizacional, o estilo de liderança e as barreiras gerenciais/estruturais (DELMONICO *et al*., 2018; ISLAM *et al*., 2017; BRAMMER; WALKER, 2011). O Regime regulatório inadequado (BRAMMER; WALKER, 2011) e falta de capacidade de gestão e inovação tecnológica para adaptação ao ambiente de mudanças também representam barreiras importantes para CPS (AL NUAIMI *et al*., 2020).

Já em relação às iniciativas de compras públicas circulares (CPC), a literatura também aponta a existência de barreiras significativas, como a falta de conhecimento e da correta compreensão do que seja CPC (LINGEGARD *et al*., 2021; KRISTENSEN, 2021); bem como da falta de capacidade da

organização para definir claramente papéis e funções adequadas de CPC (SÖNNICHSEN; CLEMENT, 2019). Esses autores também destacam a questão financeira como obstáculo relevante, em virtude da percepção de que os princípios circulares tornam o preço dos produtos mais caros. Já Wurster *et al*., (2021), evidenciam que o mercado é que representa forte limitação para a implementação de CPC, pela dificuldade em fornecer produtos circulares conforme previstos nos editais.

Por outro lado, pesquisas anteriores também apresentaram questões que favorecem a adoção e implementação de CPS atuando como impulsionadores desse processo, tais como fatores externos: pressões socioeconômicas e política: regulamentação, legislação ambiental, pressão do cliente/consumidor, vantagens competitivas de mercado; ONGs (SIMITH *et al*, 2015; RAJ *et al*., 2020; WALKER *et al*., 2008; WALKER; BRAMMER, 2012; THAI, 2001). Para CPC, alguns estudos indicam que os impulsionadores podem ser os fatores internos como, engajamento da alta administração, a conscientização e o conhecimento; bem como fatores externos relacionados a aspectos jurídicos e o papel dos stakeholders (SÖNNICHSEN E CLEMENT,2019; KRISTENSEN, 2021).

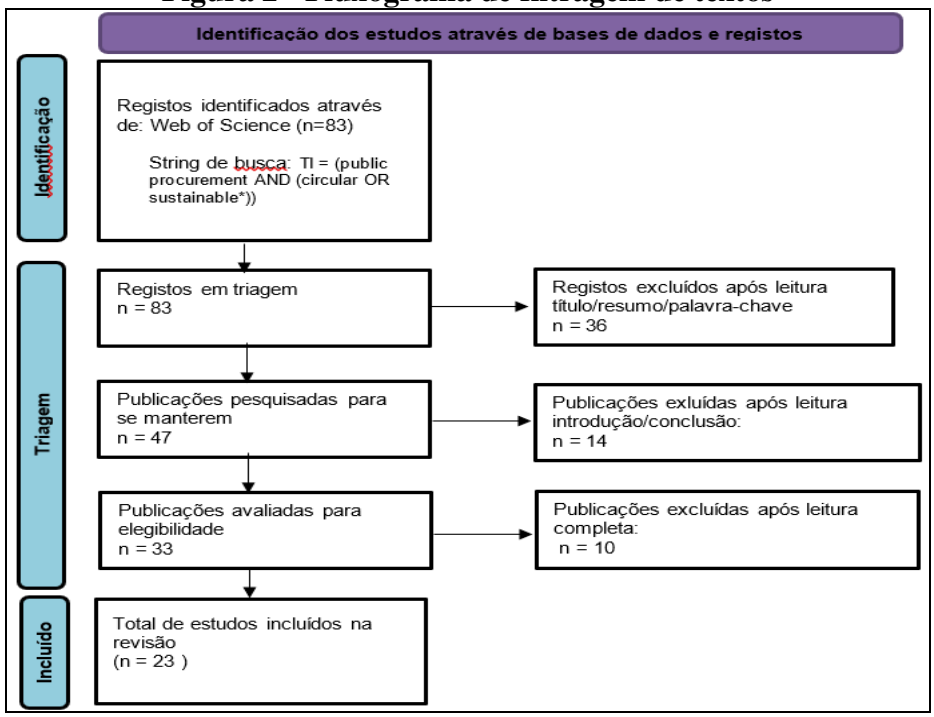
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é qualitativa, baseada em uma revisão da literatura, que organizamos tendo como base o protocolo PRISMA 2020 - *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyse*s. O PRISMA 2020 destaca um conjunto mínimo de itens baseados em evidências para construção de relatórios transparentes e completos de revisões sistemáticas e meta-análises (PAGE *et al*., 2021). Escolhemos o protocolo PRISMA porque o mesmo orienta de forma clara uma sequência de passos a serem seguidos para a realização uma revisão da literatura confiável, completa, precisa e replicável (PAGE *et al*., 2021; CARUSO *et al.*, 2023). Além disso, seguindo suas diretrizes podemos apresentar e resumir as características essenciais dos estudos e contribuir para que os formuladores de políticas públicas possam avaliar com clareza a aplicabilidade dos resultados à sua realidade local (PAGE *et al*., 2021; ONUNGWE *et al*., 2023; BASTIDAS-ORREGO *et al*., 2023).

Seguindo, então, o protocolo PRISMA 2020, organizamos a coleta de dados, a apresentação e a análise dos resultados com a pretensão de contribuir para dar respostas às questões desta pesquisa. Em atendimento à etapa de Identificação do PRISMA 2020 (figura 2), adotamos como fonte primária para busca dos artigos a base de dados da *Web of Science (WoS),* por ser de grande abrangência, o que nos permitiu acessar uma grande variedade de periódicos diferentes, viabilizando alcançar maior quantidade de artigos relacionados ao objetivo almejado. Para a busca definimos como palavras-chave: compras públicas, circular, sustentável. Assim, no dia 15/3/23, como estratégia de busca para seleção inicial dos

documentos, usamos no sistema WoS a string: TI = (public procurement AND (circular OR sustainable*)). Ainda nessa etapa, incluímos no sistema filtros para que fossem selecionados somente: artigos, no idioma inglês e português, publicados no período 2016 a 2022. O critério de incluir somente artigos em inglês, além de português, deve-se à consideração de que o foco deste estudo é uma revisão internacional e que a mais expressiva profusão de artigos publicados sobre o tema está em língua inglesa.

Figura 2 - Fluxograma de filtragem de textos



Fonte: Elaboração própria.

Já na etapa de triagem do PRISMA 2020 (figura 2), como critérios de inclusão, selecionamos apenas os artigos que tinham como objeto de estudo as iniciativas de compras públicas sustentáveis e/ou compras públicas circulares contendo dados a partir de 2016. Tais pesquisas, teriam que ser baseados em estudos de caso, *survey* ou outras metodologias que envolvessem a participação de profissionais, responsáveis ligados às compras públicas. Além disso, os artigos selecionados tinham que ter coleta de dados empíricos que abordassem informações sobre barreiras e/ou impulsionadores para a adoção, implementação e/ou acompanhamento dos processos de CPS e/ou CPC. Nesse contexto, os critérios adotados para exclusão dos artigos foram: artigos com dados estudados antes de 2016; ausência de participação no estudo de profissionais ligados à CP; ausência de dados empíricos sobre barreiras e/ou impulsionadores para adoção de CPS ou CPC.

Na sequência, ainda na etapa de triagem desta revisão da literatura (PRISMA 2020), realizamos a seleção dos artigos através da realização de três filtros de leitura (CONFORTO *et al*., 2011; SNYDER, 2019), onde excluímos, em cada filtro, os documentos conforme critérios de exclusão adotados. No primeiro filtro, fizemos a leitura do título e do resumo dos artigos. Em seguida, no filtro 2 realizamos a leitura da introdução e conclusão e; por último, no filtro 3, fizemos a leitura na íntegra dos artigos avaliados para elegibilidade, onde somente foram mantidos aqueles que atenderam aos critérios de inclusão.

Finalmente, na etapa "incluídos" (figura 2), os 23 artigos selecionados para este estudo de revisão foram exportados para o gerenciador de referências Zotero e para o APP Atlas.ti para apoio na codificação e análise dos dados. Ainda, como forma de armazenamento e controle, fizemos a documentação e arquivo dos artigos em planilhas Excel.

Para organização dos resultados encontrados em cada artigo, usamos as técnicas de codificação mista (Categórica e Aberta) com base em Dresch *et al*., (2015). Na sequência, para análise, usamos a técnica de uma síntese crítica interpretativa, com base dos resultados finais apresentados (DRESCH *et al*., 2015). Assim, inicialmente, os estudos que compõem esta amostra de textos selecionados, foram organizados e codificados a partir da localização do objeto de estudo, onde as iniciativas de CPS e CPC foram investigadas (região, país), sendo agrupados com base no estágio de seu desenvolvimento (desenvolvido ou em desenvolvimento), tendo como referência a classificação disponibilizada pela ONU (WESP, 2022). .

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em nossa revisão, composta em sua fase final de 23 artigos, encontramos estudos de iniciativas de CPS e/ou CPC em diversos continentes, tanto em países desenvolvidos (14) quanto em país em desenvolvimento (9). Notou-se, entretanto, uma forte concentração de estudos na Europa, sendo que de um total de 14 artigos que abordam países desenvolvidos, 11 deles tem objeto de análise exclusivo nessa região e outros 2 que, apesar de envolver outros continentes na análise também tratam de CPS em países da União Europeia. Dentre os países europeus destacam-se: Alemanha, Holanda e Finlândia, que receberam foco de dois estudos cada um. Importante informar que o artigo que analisa vários países foi incluído neste grupamento por conta do entendimento de que os impulsionadores classificados foram mais claramente identificados como inerentes aos países desenvolvidos. Quando se analisa os países em desenvolvimento, verifica-se que do total de 09 artigos agrupados nessa categoria, 04 deles estão na África e os demais na América do Sul (03) e Ásia (02). Quanto às fontes dos artigos analisados nessa

fase final da revisão, a quantidade maior observada foi dos periódicos: *Sustainability*: 09; *Journal of Cleaner Product*: 03; *Journal of Public Procuremet*: 03

Já em relação aos tipos de compras públicas abordadas nos referidos estudos, no geral há um foco maior em CPS. Dos 23 artigos analisados, 16 tem foco nas iniciativas de CPS, o que representa algo em torno de 70%. Todavia, interessante notar que quando se verifica os estudos somente entre os países desenvolvidos, essa proporção se altera muito, caindo para 50% de CPS. Isso destaca a ocorrência maior de estudos de Compras Públicas Circulares (CPC) em países desenvolvidos, com concentração de 100% desses em integrantes da União Europeia. Já em relação aos países em desenvolvimento, observa-se que 100% dos estudos (09) desta revisão da literatura são voltados para as iniciativas de Compra Públicas Sustentáveis; o que evidencia a ocorrência de pesquisas de CPC somente em países desenvolvidos.

Para identificar as "barreiras" e os "impulsionadores" que impactam a adoção e/ou implementação das CPS ou CPC, o conteúdo de cada artigo foi organizado e analisado seguindo as orientações do quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Orientação p/ classificação/codificação das barreiras e impulsionadores por tipo

I - Barreiras –Tipo E Especificações	Referências Bibliográficas
1 Direção/Organização: Referem-se as questões limitadoras (obstáculos) relacionadas a fatores internos de organização, liderança, gestão, planejamento e estratégias que dão direção a adoção de CPC, bem como ações e ferramentas de apoio para acompanhamento e controle de sua implementação prática.	CPS: Walker; Brammer, 2012; Delmonico *et al*., 2018; Preuss e Walker, 2011; CPC: Kristensen, 2021; Sönnichsen; Clement 2019):
2 Cultura/Resistência às mudanças: Refere-se às questões relacionadas à cultura organizacional e/ou do ambiente onde a organização está inserida que representem elementos de resistência às mudanças necessárias para adoção de CPS ou CPC.	CPS: Walker; Brammer, 2011; Delmonico *et al*., 2018; CPC: Lingegard *et al*. (2021)
3 Falta de Competências/Capacitação: Trata-se, especificamente, das questões relacionadas a ausência ou carência de competências (conhecimento, habilidades e atitudes), bem como de capacitação/treinamento que possam preparar os profissionais envolvidos para compreender com clareza os princípios de CPS ou CPC e conduzir corretamente as atividades relacionadas.	CPS: Grandia, 2015; Grandia; Kruyen, (2020); Al Nuaimi *et al*., 2020; CPC: Lingegard *et al*. (2021). Kristensen *et al*., (2021)
4 Questões financeiras/ custos: Refere-se às questões relacionadas a orçamento, custo, preço, que possa representar obstáculo financeiro à adoção de CPS ou CPC, seja por limitação real da organização ou por percepção dos envolvidos internos (profissionais de CP) ou externos (stakeholders, fornecedores).	CPS: Grandia, 2015; Brammer; Walker, 2011; Walker; Brammer, 2012) CPC:Sönnichsen; Clement, 2019
5 Regulação: Trata-se das questões relacionadas a ausência ou carência de regulamentação clara e norteadora de CPS ou CPC, seja do ponto de vista externo (legislação específica) ou interna (Normatização e regulamentos).	CPS: Walker; Brammer, 2012
6 Sociais: Refere-se às questões relacionadas a posicionamentos/percepções sociais de indivíduos da organização (compradores), bem como do ambiente externo (consumo social) que dificultem a CPS ou CPC	CPS (Zhang *et al*. 2022); CPC (Wurster *et al*., 2021)
7 Mercado: Questões relacionadas à aceitação e/ou condições do mercado para produzir e entregar bens e serviços nos critérios de CPS ou CPC.	CPS Grandia, Meehan, (2017); CPC (Wurster *et al*., 2021);
II - Impulsionadores - Fatores Externos	**Referências bibliográficas**
1 Pressão da Regulamentação: Refere-se a questões relacionadas a pressão exercida pela legislação e/ou normas legais de CPS ou CPC;	CPS (Walker; Brammer, 2012); CPC (Sönnichsen e Clement, 2019)
2 Pressão cliente/consumidor: Questões relacionadas a pressão exercida por clientes para o consumo de produtos e serviços sustentáveis e/ou circulares. **3 Mercado:** Questões relacionadas a força, competição e prontidão exercida pelo mercado para participar das CPS ou CPC.	CPS (Raj *et al*., 2020; Walker *et al*., 2008; Walker; Brammer, 2012; Thai, 2001)
4 Pressão Social: questões relacionadas a posicionamentos/percepções sociais do ambiente externo (consumo social e organizações) que favorecem a CPS ou CPC	Smith *et al*, 2015; Raj *et al*., 2020;
5 - Política: Refere-se a situações de apoio ou pressão exercida pelo ambiente político externo	Smith *et al*, 2015; Thai, 2001
III IMPULSIONADORES - FATORES INTERNOS: Considerando poucos estudos ainda sobre o tema, por iniciativa dos autores adotaremos a seguinte tipificação, tanto para CPS quanto para CPC: 1-direção/organização (Walker; Brammer, 2011); CPC (Sönnichsen eClement, 2019); 2 – Cultura; 3 - Competências/ Capacitação (Sönnichsen; Clement, 2019); 4 - Questões financeiras/custos (Walker; Brammer, 2012). A partir dessas classificações, serão observados e aglutinados os fatores que contribuem para fortalecer e impulsionar a adoção de CPS e CPC.	

Fonte: Elaboração própria.

Destacamos que as especificações orientadoras para classificação dos tipos de barreiras e impulsionadores (quadro 1) foram propostas pelos autores deste trabalho, tendo como base a literatura estudada sobre o tema, que incluiu a presente revisão. Como resultado desta categorização, apresentamos primeiramente as barreiras encontradas.

Barreiras

Incialmente, serão apresentadas as barreiras dos estudos que abordaram países desenvolvidos (quadro 2) e em seguida mostraremos as barreiras referente aos países em desenvolvimento (quadro 3).

Quadro 2 – Barreiras (síntese dos estudos em países desenvolvidos)

PAÍSES DESENVOLVIDOS		
País	**Iniciativas**	**Barreiras**
Alemanha 1	**Compras Públicas Circulares (CPC)** **"1-**No Caminho da Contratação Pública Circular de Pneus: Caso, Variações, e Ações potenciais na Alemanha" (WURSTER *et al*.,2021)	**5 - Regulação**: a incerteza em relação à lei de compras públicas (Demanda) **6 – Sociais**: a) falta de conscientização e b) confiança dos profissionais de compra em relação a CPC; (demanda). **7 – Mercado (oferta)**: a) Barreiras técnicas: requisitos técnicos para pneus são tão específicos que o mercado tem dificuldade de combinar essas propriedades com características de sustentabilidade; b) a oferta inadequada às especificações de pneus sustentáveis e circulares.
Alemanha 2	**Compras Públicas Circulares (CPC)** **"**Uma teoria fundamentada sobre compras públicas circulares sustentáveis de Pneus na Alemanha" (WURSTER *et al*., 2021)	**1 - Direção/Organização: a)** aspectos técnicos: características do produto em que as medidas de sustentabilidade têm dificuldade para influenciar; **b**) especificação ambiental: consideração insuficiente da sustentabilidade (características do pneu); **5 - Regulação**: Aspectos regulatórios: a) incertezas na lei de contratos públicos; **6 – Social**: a)falta de conscientização e b)confiança dos profissionais de compra; **7 – Mercado:** a) falta de padrões e b)certificados; c) preço e diferenciais inadequados; d) fornecimento insuficiente. de pneus circulares;
Bélgica	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** Avaliação da implementação belga (GRANDIA; KRUYEN, 2020)	**3-Competências/Capacitação:** a) Falta de Conhecimento b) Motivação **4-Questões financeiras/custos**:b) Dificuldades financeiras;
Dinamarca	**Compras Públicas Circulares (CPC)** Em municípios dinamarqueses. (KRISTENSEN *et al*., 2021)	**1 - Direção/Organização:** a) CPC limitam-se no cumprimento da lei, no atendimento às demandas e no uso de ferramentas/rótulos; b) princípios de CPC são vagos; c) Falta foco, estratégias e roteiros CPC; **2 – Cultura :**a) Resistência à mudança; **3 - Competências/ Capacitação:** a) Competências circulares não desenvolvidas; **4-Questões financeiras/custos**: Descentralização orçamentária.
Espanha+ UE	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** Da lei para à prática na percepção de especialistas (JIMENEZ *et al*., 2019)	> Para as entidades sociais: **1 - Direção/Organização** a) pouca visibilidade; b) pequeno porte; c) sem alianças comerciais; / >Para a administração pública: **1 - Direção/Organização:** b- falta comprometimento; b) falta controle; **2 – Cultura:** a) resistência à mudanças; **3 - Competências/ Capacitação:** a) falta de treinamento e informação;> Geral: a) desconhecimento. e imagem ruim dos CP;
Holanda 1	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** 1-Forças Externas e Responsabilidade (VLUGGEN, 2019).	**1- Direção/Organização:** a) Organização híbrida da função de compras; b) Perda oportunidade implantação tecnologias de CPS, apesar de não resistência do Mercado; **5-Regulação**:a) Falta pressão legal para garantir a sustentabilidade nas CP; b) a responsabilidade legal e financeira prevalece sobre o desempenho sustentáveis;
Letônia	**Compras Públicas Circulares (CPC)** "A maturidade do mercado para CP de móveis circulares: municípios" (SIMANOVSKA; PELSA, 2021)	**1- Direção/Organização: a)** municípios exigem menos nas licitações do que as empresas estão preparadas e dispostas a oferecer em CPC; **b)** descentralização das CPC e suas especificações pode ser uma barreira; **2-Cultura/Resistência às mudanças:** os municípios hesitam mais em abordagens circulares do que as empresas;
Suécia	**Compras Públicas Circulares (CPC)** "Contratos Integrados no Setor de Infraestrutura" (LINGEGÅRD *et al*., 2021)	**1- Direção/Organização** a) Falta integração de atores, recursos e atividades (design, produção e manutenção); b) falta colaboração entre os atores; **3-Falta de Competências/Capacitação: a)** falta de conhecimento e b) conscientização sobre CPC e à perspectiva do ciclo de vida que ele traz;
Austrália, Holanda, Suécia, Reino Unido e USA (Análise comparativa)	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** "...em Grandes Projetos de Infraestrutura—Implementação de Políticas para Redução de Emissões de Carbono". (LINGEGÅRD *et al*., 2021)	**1 - Direção/Organização:** a) falta de clareza em relação aos regulamentos diretivos; b) falta de coordenação entre os instrumentos políticos; **3 - Falta de Competências/Capacitação:** a) falta um processo de aprendizagem com ênfase nos três níveis: projeto, indústria e política; b) falta de conhecimento nas organizações públicas;7 – **Mercado**: a falta de produtos sustentáveis no mercado

Fonte: Elaboração própria.

Barreiras - Países Desenvolvidos

As barreiras para adoção e/ou implementação das CPS e/ou CPC em países desenvolvidos, conforme aponta a quadro 2, de modo geral, são observadas em todas as classificações definidas para organizar esta revisão, o que corrobora a indicação dos autores em que baseamos para sua construção, conforme apresentado anteriormente, de forma detalhada, no quadro 1. Do total dos 14 artigos identificados como estudos voltados para inciativas em países desenvolvidos, 09 abordavam barreiras (quadro 2), sendo que dentre estes, todos os tipos de barreira foram apontados pelo menos 1 vez.

Todavia, verificamos que é nítida a maior ocorrência da barreira do tipo 1, que se refere a questões de "direção e organização" que aparece 18 vezes, envolvendo 08 artigos, o que confirma achados de pesquisas anteriores (WALKER; BRAMMER, 2011; DELMONICO *et al*., 2018). Em segundo lugar aparece a barreira 3 "falta de competências/capacitação" (GRANDIA, 2015; GRANDIA; KRUYEN, 2020; AL NUAIMI *et al*., 2020), com 08 ocorrências, oriundas de três estudos e, em seguida, a barreira 7 "mercado" (WURSTER *et al*., 2021), com 7 ocorrências, em 2 estudos. Demais tipos de barreiras aparecem em pelo menos 2 estudos que abordam barreiras que abrangem os países desenvolvidos

Mesmo numa perspectiva em que se analisa apenas as barreiras para (CPS) a situação permanece no que se refere a concentração de barreiras no tipo 1 (direção e organização), vindo também em seguida a barreira 3 (falta de competências/capacitação). Já do ponto de vista apenas das barreiras de CPC, o que se diferencia das barreiras de CPS, é o surgimento de maiores ocorrências das barreiras **7 "**mercado" e 6 "sociais" em segundo e terceiro lugar respectivamente, mantendo, entretanto, a concentração maior na barreira tipo 1 (direção e organização) nos estudos voltados para países desenvolvidos.

Interessante destacar que mesmo na Europa, onde os conceitos de sustentabilidade e economia circular estão sendo difundidos e implementados há mais tempo que em outras regiões (VLUGGEN *et al*., 2019; RAJ *et al*., 2020; EUROPEAN COMISSION, 2017), ainda permanecem desafios importantes ligados a direcionamento e organização. Como exemplo, na Dinamarca, ainda existem grandes dificuldades relacionadas a falta de clareza dos princípios de Compras Públicas Circulares, bem como falta de foco, de estratégias e roteiros específicos sobre o tema (KRISTENSEN *et al*., 2021).

Barreiras - Países em desenvolvimento.

As barreiras para adoção e/ou implementação das CPS em países em desenvolvimento, (quadro 3), aparecem em 06 dos 07 tipos de classificação de barreiras desta revisão. A barreira 7 (mercado) é a

única que não tem ocorrência. Do total dos 09 artigos identificados como estudos voltados para inciativas em países em desenvolvimento 07 estudos abordam barreiras conforme apontado no quadro 3.

Quadro 3 - Barreiras (síntese dos estudos em países em desenvolvimento)

PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO		
País	**Iniciativas**	**Barreiras**
Brasil 1	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** "Desvendando barreiras" (DELMONICO *et al*, 2018)	**1 - Direção/Organização:** a) desarticulação entre as esferas do setor público no planejamento; b) falta organização, direcionamento e controle de CPS; c) existência de conflitos entre as prioridades no processo de compra. **2–Cultura:** a) Cultura organizacional se destacada como barreira;
China	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** "Gerenciando Compras Públicas Sustentáveis: Uma Pesquisa Nacional na China" (ZHANG *et al*., 2022)	**1 - Direção/Organização**: **Organização** a) limitação de compras restrita às listas específicas: ECP (energia) e ELP (rótulo ambiental); b) critérios socioambientais com baixa operacionalidade no nível local; c) falta de transparência; d) falta de ferramentas amigáveis. (problema na China é operacional e não de direção);**3-Falta de Competências/Capacitação:** a) falta conhecimento e habilidades.
Emirados Árabes	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** Fatores críticos (AL NUAIMI, 2020).	**1 - Direção/Organização:** a) falta organização e b) comprometimento organizacional; **2 – Cultura** a) Resistência às mudanças; b) consciência ambiental e; c) social;.**4 - Questões financeiras/custos:** a) Custo de implementação da CPS;
Gana 1	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** "primeiros passos" (ADJEI-BAMFO, 2018)	**1 - Direção/Organização:** a) Capacidade limitada dos stakeholders; b) Sistemas de monitoramento e inspeção deficientes; c) Falta de vontade política; **4- Questões financeiras/custos:** a) restrição orçamentária; 5 **– Regulação:** a) Falta de **estrutura legal** relevante
Gana 2	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** "Barreiras ao envolvimento dos stakeholders-obras públicas" (AGYEKUM *et al*., 2022)	**1- Direção/Organização: a)**falta de estruturas e políticas organizacionais; b) falta gestão de stakeholders e de insumos; c)processo participativo inexistente; **2–Cultura/Resistência às mudanças**: a)atitude não cooperativa dos clientes e partes interessadas; b) a natureza individual cognitiva (racional) e afetiva (relacional) dos stakeholders; **3-Falta de Competências/Capacitação: a)**conhecimento e capacidade inadequados; b) falta habilidades p/ gerenciar stakeholders; **6 – Sociais: a)** falta de confiança nas informações de sustentabilidade sobre diferentes produtos; b) Comprador percebe de preços mais altos;
Nigéria 1	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** "Barreiras no Setor de Construção" (OYEWOBI; JIMOH, 2022)	**1- Direção/Organização:** a) falta de liderança e b) comprometimento do governo; **3-Falta de Competências/Capacitação:** conhecimento insuficiente; **4-Questões financeiras/custos:** restrições financeiras; **5-Regulação**: falta estrutura regulatória
México	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS) "**CPS e Direitos Humanos: Barreiras para entregar Projetos de Infraestrutura Rodoviária Socialmente Sustentáveis" (TREVIÑO-LOZANO, 2021)	**1- Direção/Organização**: a) sustentabilidade social não é considerada desde o início do processo de aquisição; **2-Cultura/Resistência às mudanças**: Oposição política e corrupção; **3-Falta de Competências/Capacitação:** a) Falta de conhecimento, compreensão e; b) conscientização sobre CPS; **4 - Questões financeiras/custos: a)** dimensão econômica sobrepõe a não econômicas; b) orçamento é limitado; c) sem riscos financeiros para fornecedores privados; **5 - Regulação:** Políticas e leis inexistentes ou pouco claras.

Fonte: Elaboração própria.

Nas iniciativas de CPS estudadas em países em desenvolvimento, a principal barreira também é a do tipo classificado como "direção e organização", que aparece em todos os 9 estudos pelo menos uma vez. Na segunda posição, com 10 ocorrências, vem a barreira do tipo 2, com questões sobre "cultura/resistência às mudanças", aparecendo em 4 dos 7 países estudados. Interessante notar que esse tipo de barreira aparece bem menos nos estudos dos países desenvolvidos**.**

Numa visão geral, englobando os estudos de países desenvolvidos e países em desenvolvimento, que totaliza a quantidade de barreiras por tipo de classificação, desacatam-se como as que mais aparecem "direção/organização"; "falta de competências/capacitação" e "cultura/resistência às mudanças" (WALKER; BRAMMER, 2011; DELMONICO *et al*., 2018; GRANDIA, 2015; GRANDIA;

KRUYEN, 2020; AL NUAIMI *et al*., 2020). Tais achados corroboram pesquisas anteriores conforme indicado. De todo modo, destaque-se, que as barreiras de "direção e organização" podem ser consideradas a mais relevante dentre todas as observadas, por conta da sua forte concentração, seja em países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Nesse contexto, em linha com a literatura, fica ainda mais evidente a essencial importância da atuação dos líderes políticos e da alta administração, pois são eles os responsáveis pelo direcionamento estratégico e pela clareza na orientação organizacional para adoção e implementação das CPS e CPC (NIJAKI, 2012; KRISTENSEN, 2021 INGLAT *et al*., 2024). Esse tipo de barreira (direção/organização) evidencia obstáculos que podem dificultar sobremaneira o entendimento da organização sobre a real importância desses processos, bem como fragmentar a forma de atuação da organização e desestimular os responsáveis pelas compras públicas.

Além dessas barreiras, anteriormente destacadas, foram encontradas evidências de barreiras condizentes com todos os demais tipos que codificamos para organizar esta revisão da literatura. Todavia não temos suporte para apontá-las como relevantes, conforme indicado em suas pesquisas originais. Excetua-se, entretanto, a barreira "Mercado", que apesar de ser a 3ª mais relevante encontrada nos países desenvolvidos, não apareceu em nenhum dos estudos dos países em desenvolvimento.

Quando se analisa as três barreiras que mais apareceram em cada grupamento de país, nota-se que a "falta de competências/capacitação" está presente em ambos. Todavia, destacam-se dois tipos de barreira com intensidade muito diferente entre eles. As barreiras "cultura/resistência às Mudanças" (WALKER; BRAMMER, 2011; DELMONICO *et al*., 2018) e "questões financeiras/custo" (GRANDIA, 2015; BRAMMER; WALKER, 2011a; WALKER; BRAMMER, 2012;) surgem com muita frequência nos estudos dos países em desenvolvimento, revelando-se como obstáculo relevante para CPS; já para os países desenvolvidos, essas barreiras, comparativamente, aparecem muito pouco.

Impulsionadores

A seguir, apresentamos os impulsionadores, entendidos como indutores da adoção e/ou implementação das CPS e/ou CPC, conforme quadros 4 (países desenvolvidos) e 5 (países em desenvolvimento). Os mesmos foram identificados, por estes autores a partir da análise das iniciativas estudadas em cada artigo deste estudo de revisão, tendo como parâmetro de orientação o quadro 1.

Quadro 4 - Impulsionadores (síntese dos estudos nos países desenvolvidos)

País	Iniciativas	Impulsionadores
Bélgica	**Compra Pública Sustentável (CPS)** "Avaliação da implementação belga" (GRANDIA, J; KRUYEN, 2020).	**1 - Direção/Organização:** a) CPS implementado em mais de 70% dos editais; b) Categorias de CPS que destacam: Compras ambientalmente correta; Comércio Ético e Rótulo Sustentável;
Dinamarca	**Compras Públicas Circulares (CPC)** "Em municípios dinamarqueses". (KRISTENSEN *et al*, 2020)	**1- Direção/Organização:** a) Compromisso e apoio da alta administração; b) Projetos-piloto; c) É preciso ter: políticas, estratégias, objetivos e metas claras em nível nacional e local + alocação específica de recursos financeiros e humanos; **4 - Questões financeiras:** d) O poder das CP: DKR 300 bilhões-ano.
Espanha+ União Europeia	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** "Da lei para à prática na percepção de especialistas" (JIMÉNEZ *et al* ,2019)	**1 - Direção/Organização -1.1 Para entidades sociais**: a) relacionamento no setor e com a administração pública; b) profissionalização: c) a formação, a força das entidades sociais e a d) vontade política de construir / **1.2 Para a administração pública**: a) casos de sucesso; b) oportunidades percebidas para critérios sustentáveis / **1.3 Regulação (força externa)**: Geral: a) legislação consolidada;
Estados Unidos	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** "Engajamento em CPS nos governos locais". (RODRIGUEZ-PLESA; *et al* 2022)	**Fatores Internos: 1 - Direção/Organização:** a) apoio da liderança executiva; b) apoio da ideologia política municipal. **Fatores Externos: 2 – Organização Social:** O capital social da comunidade impacta positivamente o engajamento do governo em compras públicas sustentáveis;
Finlândia+ Eu	**Compras Públicas Circulares (CPC)** "Potencial de CPC a Economia Circular" (ALHOLA, 2019)	**1- Direção/Organização:** a) CPC com base no desempenho, abordagem **do ciclo de vida**; b) Inclusão de critérios relativos à reutilização e reciclagem; c) cooperação entre compradores e atores nas cadeias de abastecimento; d) Valoriza o diálogo com o mercado;
Finlândia 2	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** "... a maneira finlandesa de promover compras públicas sustentáveis". (BERG *et al*., 2022)	**3-Competências/Capacitação:** a) KEINO Academy: capacitação e suporte especializado sobre CPS para o governo, municípios e stakeholders. **3.1 Recomendações dos autores**: a) oferecer fontes confiáveis de conhecimento e argumentação; b) desenvolver habilidades para criação, implementação e avaliação de estratégias; c) apoiar estruturação do trabalho das organizações participantes, d) aproximar os pares.
Holanda 1	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** "Forças Externas e Responsabilidade" (VLUGGEN, 2019).	**Fatores externos > 5 – Pressão política**: a) Lobby de organizações filiais e 2) pressão política iniciada pelos cidadãos; **3-Mercado**: **4 -** a) gasto público com demanda substancial/impacto no mercado. **Fatores internos >1- Direção/Organização** a) cooperação e integração interna e na cadeia de suprimentos; b) cooperação entre organização pública e cidadãos;
Holanda 2	**Compras Públicas Circulares (CPC)** "Intermediação no setor têxtil" (RAINVILLE, 2020)	**1- Direção/Organização:** a) Intermediação ao longo do processo de CPC facilita: as interações entre os participantes; a obtenção, geração e tradução de conhecimento; definição das especificações dos editais; com resultados: economia de CO2, energia e água/; boa aceitação do usuário; fluxos de retorno, com impacto positivo no "fechamento do ciclo; 4**-Questões financeiras:** b) Resultados CPC com intermediação: economia de € 12 milhões no orçamento; ".
Austrália, Holanda, Suécia, UK e USA (Análise comparativa)	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** "...em Grandes Projetos de Infraestrutura. (LINGEGÅRD *et al*., 2021)	**1- Direção/Organização:** a) diálogo e aprendizado contínuo entre clientes governamentais e atores do mercado são fundamentais; b) colaboração construtiva entre o governo e a indústria; **3-Competências/Capacitação** a) conhecimento e conscientização ambiental; b) aprendizagem voltada para toda a estrutura de governança de CPS;
Vários Países (comparativo)	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** "Pressões externas" (RAJ et al., 2020)	**> Pressões externas maiores em países desenvolvidos: 1-Regulamentação:** a) Legislação e b) atuação coercitiva do governo; **2 -Pressão do cliente/consumidor**: Maior renda do Cidadão

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 5 - Impulsionadores (síntese dos estudos nos países em desenvolvimento)

País	Iniciativas	Impulsionadores
Brasil 2	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** "Sistema Stakeholders" (OLIVEIRA; SIMÃO; CAEIRO, 2020)	**1 - Direção/Organização:** a) Categorização de stakeholders do sistema CPS Brasil, que se traduz como apoio para a compreensão do sistema, sua implementação e/ ou avaliação).
China	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** "Pesquisa Nacional na China" (ZHANG *et al*., 2021).	**Fatores externos: 1- Regulamentação:** a) orientação legal e b) por políticas; c) ideologia política apoiadora; 4**- Questões sociais**: percepção de benefícios sociais; **Fatores internos: 1 - Direção/Organização**: compromisso firme de órgãos públicos.
Emirados Árabes	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** "Fatores críticos" (AL NUAIMI *et al*. 2020)	**1 - Direção/Organização:** a) Condução sistemática de CPS (demanda, clareza, especificações, critérios) pode levar a implementação mais econômica; b) O governo deve priorizar gestão mudança cultural; **Pressões externas: 3 – Mercado** a) Forças do Mercado;
Marrocos	**Compras Públicas Sustentáveis (CPS)** "Fatores que podem impulsionar" (HADDADI *et al*. 2021)	**>Fatores Internos:1- Direção/Organização: a**) compromisso político dos decisores b) compromisso da Administração(governo) para incorporar CPS nas políticas por meio de ações reais e mensuráveis; **3-Competências/Capacitação: a)** treinamento e b) sensibilização; **>Fatores Externos**: **1 – Regulamentação: a)** Definições legais e c) regulação clara de CPS

Fonte: Elaboração própria.

Numa visão geral, tanto nos estudos dos países desenvolvidos, quanto nos em desenvolvimento, observa-se uma maior concentração de impulsionadores classificados como "fatores internos" tipo 1 (direção/organização). Dentro dessa classificação, vários estudos destacam a importância do apoio e compromisso das lideranças políticas e administrativas como impulsionadores fundamentais das CPS/CPC. Como exemplo são citados: a vontade política de construir essa estratégia (JIMÉNEZ *et al*., 2019); o apoio da ideologia política municipal (RODRIGUEZ-PLESA; *et al*., 2022); o compromisso político dos decisores e da administração (governo) para incorporar CPS nas políticas públicas (HADDADI *et al*., 2021); compromisso e apoio da alta administração (KRISTENSEN *et al*., 2020); compromisso firme de órgãos públicos (ZHANG *et al*., 2021).

Diferença significativa é verificada, entretanto, na identificação do segundo impulsionador mais relevante. Sendo que para os países desenvolvidos é o fator interno "competência/capacitação", e para os países em desenvolvimento, os artigos apontam para o fator externo relacionado com a "pressão da regulamentação" (WALKER; BRAMMER, 2011, RAJ, 2020). Fora esses impulsionadores, não se observa ocorrência relevante nos demais, que parecem variar de acordo com o contexto de cada país e respectivas iniciativas pesquisadas.

Especificamente em relação aos impulsionadores classificados como fatores externos, apesar de não representarem as maiores ocorrências, observou-se que todos os tipos foram encontrados em pelo menos um dos estudos focados nos países desenvolvidos; o que já não aconteceu nos países em desenvolvimento, onde não se encontrou nenhuma ocorrência para os tipos 2 (pressão do cliente) e 5 (pressão política). No que se refere aos fatores internos, tanto no grupo dos estudos de países desenvolvidos, quanto no dos países em desenvolvimento, também não se observa classificações para os fatores internos dos tipos 2 (cultura).

Em suma, de modo geral, a análise dos resultados mostrou que embora existam grandes diferenças do ponto de vista socioeconômico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, tanto a barreira quanto o impulsionador que mais aparecem como fundamentais para a adoção e/ou implementação das CPS e CPC são muito semelhantes, independentemente do nível de desenvolvimento do país. Ou seja, ambos (barreiras e impulsionadores) estão relacionados com questões de "direção e organização. No entanto, os estudos também revelam que diferentemente dos países desenvolvidos, as barreiras "cultura/resistência à mudança" (DELMONICO *et al*., 2018; ISLAM *et al*., 2017), e barreiras inerentes às "questões financeiras/custos" (BRAMMER; WALKER, 2011; WALKER; BRAMMER, 2012; ZHU *et al*., 2013) também aparecem muito para países em desenvolvimento, além dos desafios de "direcionamento e organização", como visto.

Essa constatação sinaliza, portanto, uma possível relação com o nível de desenvolvimento dos países e com o estágio de adoção das CPS, uma vez que para os países desenvolvidos, além de condições socioeconômicas mais favoráveis, encontram-se em estágio mais avançado de implementação, em especial na Europa (VLUGGEN *et al*., 2019; RAJ *et al*., 2020; EUROPEAN COMISSION, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como contribuição, neste estudo fornecemos um levantamento da literatura internacional abrangendo um período de 7 anos, que identificou iniciativas, barreiras e impulsionadores de CPS e CPC. Dessa forma, o resultado do nosso trabalho pretendeu contribuir de modo prático para a administração pública e seus gestores, ao revelar de uma maneira organizada como os estudos, acadêmicos e empíricos, tem abordado o tema. Além disso, nosso trabalho evidenciou as condicionantes para a adoção e implementação de CPS e CPC sob uma perspectiva internacional, onde também aponta semelhanças e diferenças percebidas em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Este estudo trouxe evidências de que os fatores de "direção e organização" são considerados fundamentais, tendo sido identificados de forma concentrada tanto como barreira quanto impulsionador-chave para CPS e CPC, seja para iniciativas em países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Tal constatação sinaliza alerta de prioridade para os governos que buscam na adoção das compras públicas sustentáveis e circulares a alavanca indutora do desenvolvimento sustentável.

Vale ressaltar, ainda, que todas as barreiras e impulsionadores de CPS e CPC estudadas e classificadas nessa revisão, mesmo que possam ser aglutinadas em tipos semelhantes, é indispensável analisar criticamente os diferentes contextos e o estágio de implantação de cada iniciativa, numa visão particular e territorializada, de país e região. Nesse sentido, os resultados também mostraram que existem muitas outras barreiras e impulsionadores de CPS e CPC que são muito específicos de seus contextos e que, talvez por isso, não apareceram tanto. Todavia, estamos certos de que também merecem ser consideradas pelos governos e gestores públicos quando da busca da melhor compreensão dos desafios da implementação de CPC e CPS.

Enfim, concluímos que o principal desafio dos governos e formuladores de políticas públicas para a adoção das CPS e CPC está relacionado com o fortalecimento do compromisso de seus líderes com esse propósito e com o desenvolvimento da capacidade de seus gestores. Independente do nível econômico do país, ficou claro que é indispensável a liderança organizacional para incorporação de estratégias, objetivos e metas de CPC e CPS.

Assim, espera-se que o conhecimento aqui gerado possa contribuir com a geração de subsídio teórico e prático para a administração pública. Especialmente para os agentes públicos (governos nacionais/locais, secretários, formuladores de políticas) interessados na transição sustentável e circular de seu governo. Apesar de nossa revisão ter abarcado dezenas de artigos, notamos que ainda são raros os estudos empíricos que trazem informações quanto aos resultados e desafios práticos das implantações de CPS ou CPC, principalmente numa análise comparativa entre iniciativas em países desenvolvidos e em desenvolvimento; evidenciando, assim, lacunas, ainda persistentes, que podem representar oportunidades relevantes para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ADJEI-BAMFO, P.; MALOREH-NYAMEKYE, T. "The 'baby steps' in mainstreaming sustainable public procurement in Ghana: A 'double-agency' perspective". **Journal of Public Affairs**, vol. 19, n. 1, 2019.

AGYEKUM, A. K. *et al*. "Barriers to stakeholder engagement in sustainable procurement of public works". **Research Gate** [2022]. Disponível em: <www.researchgate.net>. Acesso em: 23/04/2024.

AL NUAIMI, B. K. *et al*. "Implementing sustainable procurement in the United Arab Emirates public sector". **Journal of Public Procurement**, vol. 20, n. 2, 2020.

ALHOLA, K. *et al*. "Exploiting the Potential of Public Procurement: Opportunities for Circular Economy". **Journal of Industrial Ecology**, vol. 23, n. 1, 2019.

AMMONS, D. N. "Productivity barriers in the public sector". *In*: HOLZER, M. **Public productivity handbook**. New York: Marcel Dekker, 2004.

BASTIDAS-ORREGO, L. M. *et al*. "A systematic review of the evaluation of agricultural policies: Using prisma". **Heliyon**, vol. 9, n. 10, 2023.

BERG, A. *et al*. "Developing together: the Finnish way of promoting sustainable public procurement". **Journal of Public Procurement**, vol. 22, n. 4, 2022.

BRAMMER, S.; WALKER, H. "Sustainable procurement in the public sector: an international comparative study". **International Journal of Operations and Production Management**, vol. 31, n. 4, 2011.

BRAUNGART, M.; MCDONOUGH, W. **Cradle to Cradle**: criar e reciclar ilimitadamente. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2013.

BUNTZ, C. G. "Problems and issues in human service productivity improvement". **Public Productivity and Management Review**, vol. 5, 1981.

CARUSO, R. C. *et al*. "Uso da impressão 3D no ensino-aprendizagem: Revisão sistemática sobre os principais problemas encontrados". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 47, 2023.

CINAR, E. *et al*. "An international exploration of barriers and tactics in the public sector innovation process". **Public Management Review**, vol. 23, n. 3, 2021.

CONFORTO, E. C. *et al*. "Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos". **Anais do VIII Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto**. Porto Alegre: CBGDP, 2011.

DELMONICO, D. *et al*. "Unveiling barriers to sustainable public procurement in emerging economies: Evidence from a leading sustainable supply chain initiative in Latin America". **Resources, Conservation and Recycling**, vol. 134, 2018.

DRESCH, A. *et al*. **Design Science Research**: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia. São Paulo: Editora Bookman, 2015.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Circular Economy in Cities**: Project Guide 2019. Cowes: Ellen MacArthur Foundation, 2019. Disponível em: <www.ellenmacarthurfoundation.org>. Acesso em: 24/08/2024.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Towards the circular economy 1**: economic and business rationale for an accelerated transition. Cowes: Ellen MacArthur Foundation, 2013. Disponível em: <www.ellenmacarthurfoundation.org>. Acesso em 24/08/2024.

EU COMMISSION. **Public procurement for a circular economy**: good practice and guidance. Brussels: European Commission, 2017. Disponível em: <www.europa.eu>. Acesso em: 24/08/2024.

EUROPEAN COMMISSION (2015) - **Closing the Loop**: An EU Action Plan for a Circular Economy. Brussels: European Comission, 2015. Disponível em: <www.europa.eu>. Acesso em: 24/08/2024.

GEISSDOERFER, M. *et al*. "The circular economy a new sustainability paradigm?". **Journal of Cleaner Production**, vol. 143, 2017.

GHISELLINI, P.; CIALANI, C.; ULGIATI, S. "A review on circular economy: the expected transition to a balanced interplay of environmental and economic systems". **Journal of Cleaner Production**, vol. 114, 2015.

GRANDIA, J. "Finding the missing link: Examining the mediating role of sustainable public procurement behaviour". **Journal of Cleaner Production**, vol. 124, 2016.

GRANDIA, J. **Implementing Sustainable Public Procurement**: An organisational change perspective. Rotterdam: Erasmus University Rotterdam, 2015.

GRANDIA, J.; KRUYEN, P. M. "Assessing the implementation of sustainable public procurement using quantitative text-analysis tools: A large-scale analysis of Belgian public procurement notices". **Journal of Purchasing and Supply Management**, vol. 26, n. 4, 2020.

GRANDIA, J.; MEEHAN, J. "Public procurement as a policy tool: using procurement to reach desired outcomes in society". **International Journal of Public Sector Management**, vol. 30, n. 4, 2017.

HADDADI, T. E. *et al*. "Sustainable public procurement in morocco: An investigative survey regarding tender preparation". **Sustainable Production and Consumption**, vol. 26, 2021.

HOLZER, M. *et al*. "Implementing Performance Budgeting at the State Level: Lessons Learned from New Jersey". **International Journal of Public Administration**, vol. 39, 2015.

INGLAT, L. P. S. *et al*. "Sustainability and Sustainable Public Procurement: An Assessment of Individual, Organizational, and Political Commitment in Brazilian Public Administration". **Revista de Gestão Social e Ambiental**, vol. 18, n. 3, 2024.

ISLAM, M. M. *et al*. "Aspects of sustainable procurement practices by public and private organisations in Saudi Arabia: an empirical study". **International Journal of Sustainable Development and World Ecology**, vol. 24, n. 4, 2017.

JIMÉNEZ, J. *et al*. "Sustainable Public Procurement: From Law to Practice". **Sustainability**, vol. 11, n. 22, 2019.

KRISTENSEN, H. S. *et al*. "Circular public procurement practices in Danish municipalities". **Journal of Cleaner Production**, vol. 281, 2021.

LENDERINK, B. *et al*. "Innovation and public procurement: from fragmentation to synthesis on concepts, rationales and approaches". **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, vol. 35, n. 4, 2022.

LINGEGARD, S. "Sustainable Public Procurement in Large Infrastructure Projects—Policy Implementation for Carbon Emission Reductions". **Sustainability**, vol. 13, n. 20, 2021.

LINGEGÅRD, S. *et al*. "Circular Public Procurement through Integrated Contracts in the Infrastructure Sector". **Sustainability**, vol. 13, n. 21, 2021.

NEESSEN, P. C. M. *et al*. "Circular purchasing in Dutch and Belgian organizations: the role of intrapreneurship and organizational citizenship behavior towards the environment". **Journal of Cleaner Production**, vol. 280, 2021b.

NIJAKI, L.; WORREL, G. "Procurement for sustainable local economic development". **International Journal of Public Sector Management**, vol. 25, n. 2, 2012.

OLIVEIRA, M. V. S. S.; SIMÃO, J.; CAEIRO, S. S. F. S. "Stakeholders' categorization of the sustainable public procurement system: the case of Brazil". **Journal of Public Procurement**, vol. 20, n. 4, 2020.

ONUNGWE, I. *et al*. "Transition and implementation of circular economy in municipal solid waste management system in Nigeria: A systematic review of the literature". **Sustainability**, vol. 15, n. 16, 2023.

OYEWOBI, L. O.; JIMOH, R. A. "Barriers to Adoption of Sustainable Procurement in the Nigerian Public Construction Sector". **Sustainability**, vol. 14, n. 22, 2022.

PAGE, M. *et al*. "Declaração PRISMA 2020: uma diretriz atualizada para publicação de revisões sistemáticas". **Germinare - Revista Científica do Instituto Piaget**, vol. 4, 2024.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. "Objetivos do desenvolvimento sustentável". **PNUD** [2015]. Disponível em: <www.undp.org>. Acesso em: 29/06/2024.

PREUSS, L. Addressing sustainable development through public procurement: the case of local government. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 14, n. 3, p. 213–223, Maio, 2009.

PREUSS, L.; WALKER, H. "Psychological barriers in the road to sustainable development: evidence from public sector procurement". **Public Administration**, vol. 89, 2011.

RAINVILLE, A. "Stimulating a more Circular Economy through Public Procurement: Roles and dynamics of intermediation". **Research Policy**, vol. 50, n. 4, 2021.

RAJ, A. *et al*. "Do pressures foster sustainable public procurement? An empirical investigation comparing developed and developing economies". **Journal of Cleaner Production**, vol. 266, 2020.

RAWORTH, K. **Economia Donut**: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2019

RODRIGUEZ-PLESA, E. *et al*. "Community social capital, political values, or organizational capacity? Indicators of engagement in sustainable public procurement at the local level". **Journal of Cleaner Production**, vol. 338, 2022.

SIMANOVSKA, J.; PELSA, I. "The Market's Maturity for Public Procurement of Circular Furniture: A Study from Latvia". **European Integration Studies**, vol. 1, n. 15, 2021.

SMITH, J. *et al*. "Balancing competing policy demands: the case of sustainable public sector food procurement". **Journal of Cleanerr Production**, vol. 112, 2015.

SNYDER, H. "Literature review as a research methodology: An overview and guidelines". **Journal of Business Research**, vol. 104, 2019.

SÖNNICHSEN, S. D.; CLEMENT, J. "Review of green and sustainable public procurement: Towards circular public procurement". **Journal of Cleaner Production**, vol. 245, 2020.

THAI, K. V. "Public procurement re-examined". **Journal of Public Procurement**, vol. 1, n. 1, 2001.

TREVIÑO-LOZANO, L. "Sustainable Public Procurement and Human Rights: Barriers to Deliver on Socially Sustainable Road Infrastructure Projects in Mexico". **Sustainability**, vol. 13, n. 17, 2021.

VLUGGEN, R. *et al*. "Sustainable Public Procurement - External Forces and Accountability". **Sustainability**, vol. 11, n. 20, 2019.

WALKER, H. *et al*. "Drivers and barriers to environmental supply chain management practices: Lessons from the public and private sectors". **Journal of Purchasing and Supply Management**, vol. 14, n. 1, 2008.

WALKER, H.; BRAMMER, S. "The relationship between sustainable procurement and e-procurement in the public sector". **International Journal of Production Economics**, **Sustainable Development of Manufacturing and Services**, vol. 140, n. 1, 2012.

WESP - World Economic Situation and Prospects. **Report**: Statistical Annex. New York: WESP, 2022. Disponível em: <www.un.org>. Acessado em: 13/04/2024.

WITJES, S.; LOZANO, R. "Towards a more Circular Economy: Proposing a framework linking sustainable public procurement and sustainable business models". **Resources, Conservation and Recycling**, vol. 112, 2016.

WURSTER, S. *et al*. "Grounded Theory on Sustainable Circular Public Procurement in Germany: Specific Product Case and Strategies". **Sustainability**, vol. 13, n. 24, 2021.

WURSTER, S. *et al*. "On the Road to Circular Public Procurement: Case, Variations, and Potential Actions in Germany". **Sustainability**, vol. 13, n. 24, 2021.

ZHANG, M. *et al*. "Managing Sustainable Public Procurement: A Nationwide Survey in China". **Sustainability**, vol. 14, n. 19, 2022.

ZHAO, Y. "China in transition towards a circular economy: from policy to practice". **Journal of Property, Planning and Environmental Law**, vol. 12, n. 3, 2020.

ZHU, Q. *et al*. "Motivating green public procurement in China:An individual level perspective". **Journal of Environmental Management**, vol. 126, 2013.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 19 | Nº 56 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima